

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 21, DE 2019

Dispõe sobre a garantia ao consumidor da disponibilização de mecanismos de segurança alternativos aos sistemas biométricos para controle de transações.

Apresentação: 30/08/2024 16:21:38.557 - CFT
EMC 1/2024 CFT => PL 21/2019

EMC n.1/2024

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se, onde couber, artigo com a seguinte redação:

Art.O art. 2º da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º A pessoa idosa goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade, considerando-se prática discriminatória a estipulação de exigências não extensivas a outros públicos, como o comparecimento físico obrigatório em agências ou instalações para a realização de operações financeiras, de crédito e securitárias, salvo em casos necessários para a execução de políticas públicas específicas ou programas governamentais federais estipulados em regulamentação própria. (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Assiste razão ao autor do projeto de lei em questão ao afirmar que os idosos são os mais afetados pela impossibilidade de leitura de digitais em terminais de autoatendimento.

Como estão em processo de desenvolvimento, esses sistemas trazem inconvenientes para os usuários, principalmente os idosos, que já não têm as digitais tão delineadas, o que dificulta o seu reconhecimento pelo terminal bancário.

Muitas vezes, ao utilizar os equipamentos, os sistemas de leitura são incapazes de capturar os dados biométricos ou estão defeituosos, o que impossibilita da utilização e não provê o atendimento esperado pelo consumidor, ainda que este possua sua senha alfanumérica.



Os bancos por diversas vezes adotaram metodologias de senha que foram apreendidas pelos clientes, mesmo já contando com as suas sequências previamente escolhidas, o que levava os consumidores a decorar novas sequências, todavia, esse transtorno não se compara ao enfrentado por um cidadão que quer realizar um saque, sabe a senha, mas não pode fazê-lo porque a máquina ou não o reconhece ou está com o equipamento de coleta biométrica danificado.

Trata-se de um público que merece tratamento diferenciado, inclusive assegurando que realizem operações à distância de forma segura tendo em vista poupá-los de deslocamentos que, em muitas situações, representam desafios e perigos de quedas.

Nosso objetivo é assegurar que sejam adotadas formas seguras para a realização de operações à distância, como temos defendido em outras proposições.

Diante disso, submetemos a presente emenda.

Sala da Comissão, de de 2024.

Datado e assinado digitalmente

VINICIUS CARVALHO

Deputado Federal (Republicanos-SP)

